

POLÍTICA

politica@jj.com.br



PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Direitos sociais

Acontece nesta segunda-feira (12), às 19h30, no coreto da Catedral Nossa Senhora do Desterro, na praça Marechal Floriano Peixoto, no Centro, o Ato em Defesa dos Direitos Sociais do Povo Brasileiro. O evento é organizado pela Pastoral Diocesana de Fé e Política e outras entidades. Um dos temas a serem abordados é a reforma da Previdência Social.

Oficinas de trabalho

A Unidade de Governo e Finanças (UGGF) de Jundiá deu início nesta quinta (8) a uma série de cinco oficinas de trabalho que serão realizadas este mês com membros da Comissão para Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual. No primeiro dia, foi apresentada a metodologia de trabalho e informes gerais sobre o tema.

Alckmin no Paraná

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), está participando da 21ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), no painel "Crise Econômica nos Estados". Iniciado nesta quinta (8), o encontro é uma realização da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) e prossegue até hoje na cidade paranaense de Foz do Iguaçu.

Pode perguntar

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) estreou na tarde desta quinta (8) um novo canal de comunicação com a população. O "Pergunte ao Deputado" tem como objetivo estreitar a relação com a comunidade. O programa vai ao ar sempre às quintas-feiras e, em caso de feriado, acontecerá no dia anterior. "A internet aproxima as pessoas e ter esse contato é importante para esclarecermos as dúvidas do internauta", afirma o deputado.

Lava Jato

A força-tarefa da Operação Lava Jato denunciou ontem os ex-gerentes da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira, Edison Krummenauer e Maurício Guedes pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A denúncia também inclui outros empresários. Segundo o Ministério Público Federal, eles atuaram em esquema criminoso na área de gás e energia da Petrobras que levou ao desvio de mais de R\$ 150 milhões. (FP)

Narguilé é proibido

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, ontem (7), em segunda votação, o projeto de lei 41/2017, que proíbe a venda de narguilé (cachimbo fumado por uma mangueira e que usa a água como filtro) para menores de 18 anos. Agora, o projeto de autoria do vereador Alessandro Guedes segue para sanção do prefeito. "O objetivo é conscientizar pais e filhos sobre os danos que o narguilé causa à saúde das pessoas. Uma sessão de narguilé equivale a fumar 100 cigarros."

► ORÇAMENTO MENOR

Orçamento em janeiro foi de R\$ 2,6 milhões, contra R\$ 2,7 milhões em fevereiro; a média mensal é de R\$ 3,5 milhões

Câmara 'aperta o cinto' com as dificuldades do Executivo

PAULO BEHR FERRO E PAULA MESTRINEL
pferro@jj.com.br e pmestrinel@jj.com.br

Não é só o Poder Executivo de Jundiá que está cortando gastos em decorrência das dificuldades financeiras do município, amplamente reveladas desde a posse em janeiro do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB). A Câmara também vem "apertando o cinto" e gastando menos que a média mensal de R\$ 3,5 milhões repassada pela prefeitura. Presidente do Legislativo, o tucano Gustavo Martinelli informou que em janeiro o total repassado foi de R\$ 2,6 milhões e, em fevereiro, de R\$ 2,7 milhões. Em março, abril e maio, a Câmara voltou a receber R\$ 3,5 milhões mensais.

"Entendemos a situação difícil pela qual passa a prefeitura e também estamos fazendo a nossa parte. Recentemente, quatro diretores comissionados foram substituídos por concursados. Com isso, a economia aos cofres públicos será de R\$ 3,8 milhões anuais", revela. Martinelli lembra ainda



PRESIDENTE Gustavo Martinelli (PSDB) diz que entende a situação difícil pela qual passa a prefeitura e, por isso, a Câmara faz sua parte

que o custo com pessoal na Casa não pode passar de 70% do orçamento e que a Câmara tem hoje 145 servidores. "Também estamos economizando nas horas extras. Ainda não posso estimar quanto devolveremos à prefeitura no final do ano,

mas faremos isso em 2017, como ocorreu nas legislaturas anteriores". A devolução em 2016 foi de R\$ 7,2 milhões, de acordo com o parlamentar tucano, feita em duas parcelas. Este ano, o orçamento total da Casa é de pouco

mais de R\$ 39,9 milhões.

Obras em estudo

O presidente ressalta que o Legislativo precisa realizar uma reforma em seu prédio novo, onde ficam os gabinetes dos 19 vereadores. "O imóvel está com pro-

blemas de rachaduras e vazamentos, mas as obras serão feitas numa outra oportunidade. Estamos estudando o tema para depois realizarmos os reparos", conclui Gustavo.

Contratos e convênios

Embora 'aperte o cinto', a Câmara Municipal renova contratos de serviços para seu funcionamento. De acordo com a Imprensa Oficial da semana passada, só a renovação do termo de convênio (nº 02/2016) para a implantação de estágio a acadêmicos de Direito, na Câmara, pelo período de 12 meses, custará R\$ 134.928,00.

O Legislativo também prorrogou, por mais um ano, os serviços de telefonia para sistema de discagem direta, sendo a contratada a Telefônica Brasil S.A.. O valor é de R\$ 87.264,61.

Ainda segundo a Imprensa Oficial, a Câmara renovou os serviços de reprografia com manutenção técnica, em contrato de vigência de 12 meses, pelo valor de R\$ 17.790,48.

► VOTAÇÃO NO TSE

Chapa Dilma-Temer recebeu propina da Petrobras, diz relator

O ministro Herman Benjamin, relator da ação que pode cassar a chapa Dilma Rousseff/Michel Temer, reconheceu o abuso do poder econômico da campanha de 2014 por recebimento de propina originária de contrato de navios-sonda entre a empresa Sete Brasil e a Petrobras. Na tentativa de desmontar o principal argumento das defesas de Dilma Rousseff e Michel Temer, o ministro afirmou que a petição inicial tem referências à Petrobras e à Odebrecht.

Segundo o relator, recursos de outras empresas da Odebrecht e Petrobras, como a Braskem, foram utilizados na campanha. Ele cita depoimentos de Marcelo Odebrecht, ex-

presidente da empresa, que usava uma "conta-corrente" para o partido. "Não era a holding. Ela gerenciava os recursos da conta-corrente com o governo federal", afirmou Herman Benjamin.

Nas alegações finais, a defesa de Temer chegou a declarar que em nenhum momento no processo havia referência da Petrobras na ação proposta pelo PSDB e a coligação liderada pelo candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves.

As defesas de Dilma e Temer foram unânimes em solicitar a retirada dos depoimentos de Marcelo Odebrecht e do casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura da

ação. Para eles, os fatos levantados "extrapolavam" o objeto da ação.

Em certo momento do julgamento, Benjamin falou, em tom irônico, que "vai ser uma decisão memorável" se "nós extirpamos dois depoimentos feitos por determinação de boa parte dos que estão aqui".

Cronograma

A expectativa no plenário do TSE era de que o ministro-relator Herman Benjamin concluísse o voto até as 21h de quinta-feira (8). Com isso, o voto dos outros seis ministros ficaria para esta sexta-feira (9).

Pela ordem, votam: Herman Benjamin (relator), Napoleão Nunes

Maia Filho (membro do STJ), Admar Gonzaga (representante da advocacia), Tarcísio Vieira (representante da advocacia), Luiz Fux (STF), Rosa Weber (STF) e Gilmar Mendes (presidente do TSE e ministro do STF). Decisão dos ministros do TSE fixou em 20 minutos o tempo para que cada um deles possa declarar o voto nesta sexta, no julgamento da ação que pode cassar a chapa Dilma Rousseff/Michel Temer. A informação foi confirmada pela assessoria do tribunal.

Benjamin afirmou que empresas tinham uma espécie de conta corrente para pagamentos de propina a partidos e marqueteiros. Ele destacou: "Ressalto aqui

que estou descrevendo a situação de um partido, mas não imagino que fosse diferente com qualquer outro grande partido brasileiro. É difícil acreditar que esse fundo rotativo fosse apenas do partido do governo na época".

O presidente do TSE, Gilmar Mendes, interrompeu a fala e disse que o voto de Benjamin é um grande estudo para a elaboração de uma reforma eleitoral. Benjamin rebateu: "Eu não fiz estudo, fiz um voto. Eu sei que há nas nossas decisões sempre um valor educativo, mas para mim, em um estado de direito, o mais educativo é a aplicação da lei." (Folhapress)

► DA JBS

Temer diz a aliados que ex-ministro ofereceu avião

O presidente Michel Temer disse a aliados que foi o ex-ministro Wagner Rossi quem ofereceu a ele o avião particular do empresário Joesley Batista, da JBS, para que ele levasse sua família ao litoral da Bahia em janeiro de 2011.

Temer teria pedido a Rossi, que é seu amigo e era ministro da Agricultura na ocasião, uma aeronave para a viagem a Comandatuba. O presidente relatou a auxiliares que Rossi providenciou um jato particular, mas alegou que não foi informado de que o avião era de Joesley. Rossi, no entanto, foi o responsável pela aproximação entre Temer e Joesley. Segundo relatos do próprio empresário, em delação premiada à PGR (Procuradoria-Geral da República), o ex-ministro o apresentou a Temer em 2010 - portanto antes do empréstimo do

jato particular. O Palácio do Planalto informou que não vai comentar o relato feito por auxiliares do presidente sobre o caso. A reportagem também procurou o ex-ministro Wagner Rossi, mas não houve resposta até a publicação deste texto.

Em depoimento à PGR, o executivo da JBS afirmou que o presidente e sua mulher, Marcella Temer, viajaram em uma aeronave cedida por ele quando o peemedebista tinha acabado de assumir o cargo de vice-presidente, em janeiro de 2011.

Temer inicialmente negou o uso do jato particular, mas mudou de versão na quarta-feira (7) e afirmou, em nota oficial, que utilizou "aeronave particular" para levar sua família a Comandatuba, no litoral da Bahia. As presenças do presidente e da primeira-dama foram registradas em diário de bordo

do jato particular, divulgado pelo site "O Antagonista" e obtido também pela Folha de S.Paulo.

A viagem foi um compromisso secreto do então vice-presidente, uma vez que não foi registrada em agenda oficial. Em nota divulgada na quarta-feira (7), o Palácio do Planalto confirmou, no entanto, que o voo ocorreu. As datas de ida e de volta admitidas pelo governo coincidem com as apontadas em depoimento do executivo da JBS à PGR. "O então vice-presidente utilizou aeronave particular em janeiro de 2011 para levar sua família a Comandatuba, deslocando-se em seguida a Brasília. A família retornou a São Paulo no dia 14, usando o mesmo avião", disse o governo.

O Palácio informa que Temer "não sabia a quem pertencia a aeronave" e que "não fez pagamento pelo serviço". (Folhapress)

► TRABALHISTA

Votação da reforma deve ficar para dia 28

Um acordo entre os senadores da base governista e da oposição permitiu nesta quinta-feira (8) a definição de um novo calendário para a votação da reforma trabalhista na Casa. Havia a expectativa da leitura do relatório do senador Ricardo Ferraço, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas a leitura foi marcada para a próxima terça-feira (13).

Ficou acertado ainda que será concedido pedido de vista aos senadores, com a votação na CAS no dia 21 de junho. Em seguida, o projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), dará seu parecer e levará à votação no dia 28 de junho. No mesmo dia, Jucá acha que é possível que a

matéria seja apreciada no plenário do Senado. "Nós teríamos o encerramento de votações em comissões no dia 28, podendo, aí, essa matéria ir a plenário no mesmo dia. Uma vez que a matéria estiver pronta o presidente pauta no dia que ele quiser", disse Jucá.

Para a oposição, o acordo foi positivo porque significará mais tempo para que o assunto seja debatido. O senador Paulo Paim (PT-RS) acredita que cada semana a mais em que o projeto ficar em discussão permitirá que a sociedade faça mais pressão no sentido contrário à reforma.

"Com certeza foi uma vitória importante para nós, porque a gente quer que a população conheça essa reforma", disse.